

“Não há espaço para benefício fiscal sem isonomia”

[PeloEstado]

Entrevista
Secretário da Fazenda,
Paulo Eli



Servidor público de carreira, há 41 anos na administração pública – 36 deles na Secretaria da Fazenda e dois no posto máximo de secretário, Paulo Eli é o tipo de servidor profissional cuja expertise na área de finanças ultrapassou a seara da política e das ideologias, tanto que o atual governo o manteve no cargo que ocupa desde fevereiro 2018, quando o então governador Eduardo Pinho Moreira o nomeou. Desde aquela época, um dos seus maiores desafios foi reverter o comprometimento da receita com a folha de pagamento. Para este ano, ele afirma que continuam os processos de revogação da cobrança de ICMS por Substituição Tributária de diversos produtos, de revisão dos benefícios fiscais e de redução de alíquota do imposto.

[Pelo Estado] - [Pelo Estado] Santa Catarina conseguiu recuperar receita e cumprir novamente o limite com gasto com folha de pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal? Qual o percentual hoje?

Paulo Eli - Em 2017, Santa Catarina atingiu o limite máximo de gastos com folha de pagamento, comprometendo 49,73% da Receita Corrente Líquida (RCL) e, portanto, ultrapassando os 49% estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o comprometimento era de 51%. Trabalhamos arduamente para reverter este quadro e conseguimos encerrar 2019 com 45,75% da RCL, abaixo até mesmo do limite prudencial, inclusive pelas normas da STN. É a primeira vez em cinco anos que esse resultado é alcançado. Tal redução de comprometimento permitiu, dentro outros fatores, a convocação de servidores para reforçar os quadros da Segurança Pública do Estado.

Trabalhamos arduamente e conseguimos encerrar 2019 com 45,75% da RCL. É a primeira vez em cinco anos que esse resultado é alcançado

[Pelo Estado] - [Pelo Estado] É um percentual apertado? Há risco do governo atrasar pagamento de salário do funcionalismo?

Eli - As medidas de austeridade que estão sendo adotadas permitem manter em dia os compromissos. Um dos principais objetivos é manter os pagamentos dos compromissos contratuais: servidores, fornecedores, municípios, dívida pública e demais acordos. Em 2019, cumpriu rigorosamente o cronograma de pagamento dos 148 mil servidores ativos e inativos, incluindo o adiantamento de 50% da gratificação natalina no início do segundo semestre. Estamos trabalhando para que, neste ano, possamos cumprir todos os compromissos com o mesmo êxito.

[Pelo Estado] - O que o governo está fazendo para equilibrar as contas?

Eli - Foram tomadas medidas para melhoria da gestão de fluxo de caixa e do desembolso obrigatório, com acompanhamento diário dos indicadores fiscais, além de ações para aumento da arrecadação tributária. Entre elas, destacam-se a saída de diversos produtos do regime de Substituição Tributária (ST) e o combate à sonegação fiscal e demais práticas nocivas aos cofres públicos. O trabalho árduo resultou em redução de déficit financeiro para, aproximadamente, R\$ 1 bilhão. Além disso, foram feitos os cortes necessários de cargos comissionados, a extinção das Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), entre outras medidas.

O trabalho árduo resultou em redução de déficit financeiro de R\$ 1 bilhão. Além disso, foram feitos os cortes necessários de cargos comissionados e a extinção das ADRs

[Pelo Estado] - E para aumentar a receita?

Eli - A Fazenda elaborou diferentes ações para melhoria da arrecadação, que vão desde o incremento na fiscalização e utilização de ferramentas tecnológicas, como medidas de médio e longo prazo. Destaco a revogação da cobrança de ICMS por Substituição Tributária de diversos produtos, ação que iremos dar sequência neste ano, a revisão dos benefícios fiscais e a redução da alíquota de ICMS para operações com mercadorias destinadas ao contribuinte para comercialização, industrialização e prestação de serviços de 17% para 12%, exceto para o setor têxtil, que irá movimentar ainda mais a nossa economia.

[Pelo Estado] - [Pelo Estado] O governo resistirá a pressão e conseguirá cortar benefícios fiscais concedidos a empresas em anos anteriores?

Eli - Sempre trabalhamos com transparência e diálogo entre os órgãos, Poderes e com a sociedade no processo de avaliação e redução dos benefícios fiscais. Ao longo de 2019, mais de 400 reuniões foram realizadas com a participação de diver-



sas entidades, sobretudo da Federação das Indústrias (Fiesc) e Alesc. Não há mais espaço para benefícios fiscais com protocolos de intenções, sem isonomia e sem o respaldo legal. Há muitos setores que necessitam dos incentivos para se instalarem aqui e expandirem seus negócios, contudo, é preciso que haja uma contrapartida, seja na geração de empregos ou no desenvolvimento da região. Não somos contra os benefícios, mas era preciso analisar os prós e contras. Não era justo que uma empresa recebesse os benefícios e outra, do mesmo segmento, não.

[Pelo Estado] - Qual a previsão de arrecadação para 2020? A expectativa é maior ou menor do que no ano passado?

Eli - Esperamos que a arrecadação cresça 8% e fixamos uma supermeta de esforço fiscal em 10%. Pela primeira vez na história, a previsão orçamentária foi desenvolvida utilizando nova metodologia, que prima pela realidade orçamentária do caixa do Estado. Os números das receitas e despesas foram fechados com transparência e responsabilidade. Para 2020, as receitas orçamentárias estimadas somam R\$ 28,9 bilhões. Já as despesas foram fixadas em R\$ 29,7 bilhões, das quais R\$ 800 milhões correspondem a gastos sem cobertura pelas receitas orçamentárias. A dívida pública prevista para este ano é de R\$ 2,4 bilhões. O déficit da Previdência é superior a R\$ 4 bilhões. Mensalmente, temos R\$ 100 milhões de despesas acima do que podemos cobrir. Ainda estamos no vermelho, mas conseguimos ver a luz no fim do túnel.

LEIA

Entrevista na íntegra em:
www.scportais.com.br